

LUTAS SOCIAIS URBANAS E SERVIÇO SOCIAL: temas e questões presentes nos anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)*

URBAN SOCIAL STRUGGLES AND SOCIAL SERVICES: themes and issues present in the annals of the Brazilian Congress of Social Workers (CBAS)

LUCHAS SOCIALES URBANAS Y SERVICIOS SOCIALES: temas y cuestiones que se presentan en los anales del Congreso Brasileño de Trabajadores Sociales (ACB)

*Greice Kelly Costa Gomes
Raimunda Nonata do Nascimento Santana*

Resumo: Demarcações de temas e questões que possibilitam caracterizar mediações constitutivas da relação do Serviço Social com as lutas sociais, especialmente as lutas sociais urbanas. Tomam-se os Anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) como fonte singular de memória, história e pesquisa quanto à incidência das lutas sociais no Serviço Social brasileiro, como profissão e área de conhecimento. Enfatizando particularidades pertinentes à sociedade brasileira, abordam-se as lutas sociais urbanas, como manifestações particulares das lutas sociais. Delineiam-se os modos através dos quais, no contexto do conjunto ético-político e teórico-metodológico dos/as assistentes sociais em construção desde 1979, ano da realização do III CBAS, o chamado Congresso da Virada, a temática das lutas sociais urbanas vem sendo apreendida e debatida nos CBAs. Aprofunda a análise dos Anais dos CBAs de 2004, 2007 e 2010, realizados no contexto dos governos de Luís Inácio Lula da Silva. Conclui-se que, encontram-se nesses Anais importantes contribuições às demarcações das lutas sociais organizadas no enfrentamento da questão urbana brasileira. Também permitem identificar e caracterizar manifestações das mediações da relação do Serviço Social como profissão e área de conhecimento, logo no campo do trabalho intelectual, com as lutas sociais, especialmente as lutas sociais urbanas.

Palavras-chave: Questão urbana. Lutas sociais urbanas. Serviço social. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

Abstract: Demarcation issues and themes that allow to characterize the constitutive mediation relation of Social Work with the social struggles, especially the urban social ones. The Annals of the Brazilian Congress of Social Workers (CBAS) were taken as single source of memory, history and research regarding the incidence of social struggles in social work in Brazil, as a profession and area of knowledge. Emphasizing relevant specificities related to Brazilian society, urban social struggles are approached, such as particular manifestations of social struggles. Outlined the ways in which, in the context of all ethical-political and the theoretical and methodological / social workers in construction since 1979, the completion of CBAS III, called the Congress of the Upset, the theme of urban social struggles has been apprehended and discussed in the CBAs. Deepens the analysis of the Annals of CBAs, 2004, 2007 and 2010, performed in the context of the government of Luis Inacio Lula da Silva. We conclude that those are important contributions to the Proceedings demarcations of social struggles in fighting organized Brazilian urban issue. Also identify and characterize manifestations of mediation of the relationship of Social Work profession and area of expertise, so the field of intellectual work, with the social struggles, especially the urban social struggles.

Keywords: Urban question. Urban social struggles. Social service. Brazilian Congress of Social Workers.

Resumen: La demarcación y los temas que permiten caracterizar mediaciones constitutivas del Trabajo Social con las luchas sociales, especialmente las luchas sociales urbanas. Se usan los Anales del Congreso Brasileño de Trabajadores Sociales (ACB) como única fuente de la memoria, la historia y la investigación sobre la incidencia de las luchas sociales en el trabajo social en Brasil, como una profesión y área del conocimiento. Haciendo hincapié en los detalles pertinentes a la sociedad brasileña, se trabajan las luchas sociales urbanas, como manifestaciones particulares de las luchas sociales. Se describe la forma en que, en el contexto de toda la ética-política y de los trabajadores teóricos y metodológicos / social en la construcción desde el año 1979, la finalización de los ACB III, llamado el Congreso de los Cambios, el tema de las luchas sociales urbanas es acogido y discutido en los ACB. Profundiza el análisis de la revista Anales de los ACB, 2004, 2007 y 2010, realizado en el contexto del gobierno de Luis Inácio Lula da Silva. Llegamos a la conclusión de que estas son importantes contribuciones a las demarcaciones de Actas de las luchas sociales organizadas para enfrentar la problemática urbana brasileña. También permiten identificar y caracterizar las manifestaciones de la mediación de la relación de la profesión de Trabajo Social y área de especialización, en el campo del trabajo intelectual con las luchas sociales, especialmente las luchas sociales urbanas.

Palabras clave: La cuestión urbana. Las luchas sociales urbanas. Servicio Social. Congreso Brasileño de Trabajadores Sociales.

* Trabalho premiado durante o XXIII Encontro do SEMIC realizado na UFMA entre os dias 08 a 11 de novembro de 2011.
Artigo recebido em fevereiro 2012
Aprovado em abril 2012

1 INTRODUÇÃO

Este texto é resultado da pesquisa teórico-documental efetivada no contexto da bolsa PIBIC/CNPq, no período de agosto de 2010 a agosto de 2011, referenciada pelo plano de estudo intitulado "LUTAS SOCIAIS URBANAS E SERVIÇO SOCIAL: temas e questões nos Anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS)", sob a orientação da prof^a. Raimunda Nonata do Nascimento Santana. Tal plano se constituiu numa modalidade de subprojeto da pesquisa "AS LUTAS SOCIAIS NAS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: tendências e incidência no Serviço Social no Brasil", desenvolvida no Grupo de Estudos, Pesquisas e Debates em Serviço Social – GSERMS, do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, sob a coordenação da profa. Josefa Batista Lopes.

O citado Plano de Estudo, do ponto de vista da sua fundamentação e norte da pesquisa, confere importância: a) as cidades como espaços estratégicos da reorganização do espaço capitalista; b) a gravidade da questão urbana, com suas recorrentes violações nas respostas às necessidades sociais definidas no âmbito da vida urbana; c) as desigualdades sociais, peculiares ao Brasil, e seus efeitos sobre as classes trabalhadoras e a vida nas cidades como determinantes da organização das lutas sociais urbanas; d) ao Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), o qual já se encontra na sua XIII edição, sendo considerado o maior evento de natureza político-científica do Serviço Social brasileiro e espaço de divulgação da produção científica e técnica dessa área profissional (SANTANA, 2010).

Na presente sistematização, tendo como fonte principal de pesquisa os anais do CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS) realizados, em 2004 (XI CBAS), 2007 (XII CBAS) e 2010 (XIII CBAS), procuramos demarcar alguns temas e questões que possibilitam caracterizar mediações constitutivas da relação do Serviço Social com as lutas sociais, especialmente as lutas sociais urbanas. Nessa perspectiva, o texto se encontra organizado em duas partes centrais.

Na primeira, partindo da premissa de que as desigualdades sociais, peculiares ao Brasil, e seus efeitos sobre as classes trabalhadoras e a vida nas cidades são determinantes da organização das lutas sociais urbanas, são recuperadas certas expressões das lutas sociais na

sociedade brasileira, demarcando processos e sujeitos políticos a partir das indicações analíticas apresentadas por Lopes (2005).

Na segunda, partindo da premissa de que, desde 1979, ano do chamado Congresso da Virada, os Anais dos CBAS registram dimensões importantes dos termos do debate do Serviço Social na apreensão e contribuição à construção das lutas sociais organizadas para o enfrentamento da questão urbana brasileira, apresentamos, de modo esquemático, indicações quanto à presença de temas e questões relativas à *questão urbana* e às lutas sociais urbanas nos CBAS realizados nos anos de 2004, 2007 e 2010.

2 LUTAS SOCIAIS URBANAS: algumas expressões pertinentes à sociedade brasileira

Consoante ao Projeto de Pesquisa "AS LUTAS SOCIAIS NAS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: tendências e incidência no Serviço Social no Brasil" (LOPES, 2005), as lutas sociais no Brasil, no contexto das transformações contemporâneas, pensadas a partir do final da década de 70, do século XX, aos dias atuais, nos países de capitalismo dependente e periférico, podem ser situadas das greves operárias no ABC paulista à eleição do PT para o governo da república. Assim, o ressurgimento das lutas operárias e populares, no âmbito das lutas de enfrentamento à ditadura militar, em 1978, representa o início do longo ciclo de lutas operárias e populares no Brasil, o qual se esgota com a ascensão do Partido dos Trabalhadores, o PT, no governo da República, mediante a eleição e a posse de Luís Inácio da Silva na presidência, em 2003.

No longo ciclo de lutas operárias e populares e das múltiplas refrações da questão social nas cidades brasileiras, lutas sociais particulares se organizaram no sentido de questionar e intervir no quadro da desigualdade socioespacial urbana, esta resultante, dentre outros processos econômico-sociais e urbanos herdados de conjunturas históricas anteriores, dos projetos ditos modernizadores do período autoritário.

De fato, tomando por base, especificamente, a década de 1970, o contexto histórico-político apresentado não era nada favorável aos trabalhadores e à sociedade de modo geral. A crise derivada do chamado "milagre econômi-

co brasileiro” fazia surgir movimentos na luta contra a repressão imposta pelos governos militares e pelo período de crise econômico-social. Parte significativa desses movimentos avançava nas cidades, em prol da reforma urbana e do acesso à moradia adequada, e no campo surgia uma das mais fortes expressões de luta da reforma agrária no Brasil - o Movimento dos Sem-Terra.

Já o movimento social para o processo Constituinte se apresenta como importante avanço na direção de conquistas relacionadas a diversas esferas da vida social brasileira. As reivindicações e a força dos movimentos sociais em torno da vida na cidade e da questão urbana, que se manifestavam assentadas em alguns princípios básicos - direito à cidade, gestão democrática das cidades e função social da cidade e da propriedade -, tiveram como uma das suas conquistas centrais a formulação Capítulo II - *Da Política Urbana* - na Constituição Federal Brasileira de 1988 .

Dessa forma, as lutas sociais pela Reforma Urbana ganharam maior visibilidade e encontraram outros modos de organização com a mobilização de certos segmentos sociais e políticos em torno da Assembleia Nacional Constituinte. Destaca-se, então, no campo das lutas operárias e populares, a criação do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), em 1985, com o objetivo de unificar e articular diversos movimentos e sujeitos políticos mobilizados e organizados por lutas locais e reivindicações específicas, dentre estas a moradia.

Com o MNRU foi possível ampliar as denúncias em relação aos processos que transformavam a maioria das cidades brasileiras em espaços segregados e violentos e articular uma luta maior, no plano nacional, com as ideias de cidade para todos e da defesa do direito à cidade, situado na luta pelo acesso universal aos equipamentos e serviços públicos urbanos, como moradia adequada, água e saneamento, transporte público acessível e eficiente. Também foi possível articular diversos órgãos e entidades responsáveis pela elaboração e apresentação de propostas de Lei relativas à questão urbana a serem incorporadas no texto da Constituição Federal. O objetivo comum e maior era modificar o cenário excludente das cidades brasileiras. De modo particular, a regulamentação do Capítulo II - *Da Política Urbana* - da CFB de 1988, também se constituiu como um dos objetivos centrais do MNRU.

A longa luta do Fórum, mediante estratégias de pressão sobre o Congresso Nacional

para regulamentação infraconstitucional desse Capítulo, ao durar 12 anos - até a aprovação do Estatuto da Cidade - Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - indica a forte disputa de interesses em torno dos benefícios da urbanização. De todo modo, essa aprovação definiu as diretrizes gerais voltadas para a promoção da política urbana no sentido de garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e da cidade, o direito a cidades sustentáveis e o desenvolvimento de gestões democráticas nas cidades. Nesse âmbito, o Plano Diretor é reiterado como um dos mecanismos que deve respaldar e assegurar formalmente que a propriedade urbana cumpra a função social da terra e da cidade.

É importante destacar que, ao longo desse ciclo de lutas, as expressões da questão social, especialmente a reposição da segregação socioespacial, de forma cada vez mais ampla e complexa, indicam que a dinâmica concreta das cidades do Brasil encontra-se significativamente afastada do ideário das lutas sociais pela Reforma Urbana, que se (re) constrói no Brasil desde o final dos anos 1970, e das possibilidades apresentadas na CFB / 1988 quanto ao avanço da democracia, fundado nos princípios da descentralização, da participação e do controle popular e a afirmação da função social da propriedade urbana e o direito à cidade (direito à terra urbana, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e ao lazer). Na atualidade, dinâmicas próprias às contradições do capitalismo nas sociedades periféricas e dependentes, a exemplo da brasileira, bem como desafios político-estratégicos no sentido da configuração das lutas sociais, em particular, das lutas sociais urbanas comprometem gravemente as possibilidades de concretização do ideário da Reforma Urbana.

É nos termos acima apontados que o XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, com o tema central “Lutas sociais e exercício profissional no contexto da crise do capital: mediações e a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social”, realizado no período de 31 de julho a 05 de agosto de 2010, em Brasília, reconheceu a atual conjuntura como aquela que abarca a mais profunda crise do capital desde o início dos anos 70 do século XX. Isso determina o movimento dos sujeitos históricos e produz impactos na economia, na política e na cultura, com implicações para os trabalhadores, dentre os quais os assistentes sociais. Trata-se de um momento de inflexão histórica, que atinge diretamente as condi-

ções do exercício profissional: pelo lado da demanda que aumenta exponencialmente; pelas condições de trabalho que se deterioraram visivelmente com poucos investimentos e precarização da formação e do exercício profissional; ou mesmo pela organização política e campo de alianças que devemos estabelecer para a resistência à barbarização da vida social.

3 QUESTÃO URBANA E LUTAS SOCIAIS

URBANAS: temas gerais e particularidades presentes nos Anais dos CBAs de 2004, 2007 e 2010

Primeiramente, é relevante afirmar, mais uma vez, o entendimento de que o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), o qual já se encontra na sua XIII edição, se constitui o maior evento de natureza político-científica do Serviço Social brasileiro e espaço de divulgação da produção científica e técnica dessa área profissional, sendo, atualmente, promovido pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Nas várias edições do CBAS, integrando o conjunto das temáticas que lhes são peculiares, os temas questão urbana e lutas sociais urbanas se encontram presentes em todos os Anais investigados, mediante rica e expressiva diversidade de questões, objetos de estudo e linhas de análise. Este fecundo material, de fato, permite identificar e caracterizar manifestações das mediações da relação do Serviço Social como profissão e área de conhecimento, com as lutas sociais, especialmente as lutas sociais urbanas.

No XI CBAs, os temas questão urbana e lutas sociais urbanas são abordados, através de estudos teóricos e relatos de experiências, principalmente, em dois eixos temáticos definidos pelo Congresso. São eles: Eixo 7 - *questão urbana e o direito à cidade* e Eixo 9 - *desenvolvimento regional, meio ambiente e direito à vida*.

Nos dois últimos CBAs (XII e XIII), os temas questão urbana e lutas sociais urbanas foram apresentados e debatidos, destacadamente, nos eixos temáticos formulados pelo Congresso nos seguintes termos: *Questão Urbana, Agrária e Meio Ambiente: Luta pela Terra e Condições de Vida* e *Questão Urbana, Agrária e Meio Ambiente: lutas sociais e condições de vida*.

Referenciada na pesquisa documental que privilegiou como fonte de pesquisa os Anais dos três últimos CBAs, é possível afirmar que, na abordagem dos temas questão urbana e lutas sociais urbanas, a questão da moradia - dificuldades no acesso, lutas pela moradia e precariedade da habitação - e a prática profissional dos/as assistentes sociais em face dessa expressão da questão social nas cidades brasileiras ocupam lugar proeminente. Tal fato possibilita argumentar que, nos dois mandatos presidenciais do governo de Luís Inácio Lula da Silva, a questão urbana, e no seu interior a questão da moradia, permaneceu, redimensionando-se, como um dos traços clássicos e recorrentes da urbanização e das expressões da questão urbana no Brasil.

De fato, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da República, se ampliaram as expectativas quanto à concretização dos ideários e propostas da Reforma Urbana e da Reforma Agrária. Todavia,

Incapaz de conciliar a posse do governo com a construção de um projeto hegemônico nacional das camadas populares, o partido segue nas 'brechas do sistema' e, na condição provisória e ambígua de detentor do poder central do país, o único que tem para oferecer aos trabalhadores é o sempre aberto, mais venenoso, seio do Estado brasileiro. (BURNETT, 2009, p. 487)

É importante registrar que muitos trabalhos apresentados nos CBAS sobre os temas questão urbana e lutas sociais urbanas relacionam estes temas à questão agrária, tematizando, de modo especial, a questão da migração campo - cidade e os obstáculos enfrentados pelos trabalhadores migrantes para inserirem-se na vida urbana. Um outro conjunto importante de comunicações orais apresentadas toma como objeto de reflexão o aumento da informalidade no âmbito do trabalho urbano. Nesse contexto, as reflexões dos/as assistentes sociais dão destaque ao crescimento da informalidade; a apropriação dos espaços públicos como condição da efetivação dessa estratégia de trabalho e sobrevivência e às lutas travadas pelos trabalhadores, especialmente àqueles ligados ao comércio ambulante, pela garantia dessa condição.

Outro significativo leque de trabalhos apresentados nos CBAS relacionados aos temas questão urbana e lutas sociais urbanas toma como objeto de reflexão o direito à cidade e à moradia. Nesses trabalhos, o enfoque central é dado às recorrentes expressões de desigualdades socioespaciais que se materializam no plano da vida urbana real e cotidiana, permitindo constatarem-se os graves limites da efe-

tivação de políticas públicas que contribuam de modo pleno para a concretização do direito à cidade e à moradia, nos territórios urbanos do Brasil, tal como definido na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

De fato, na formação social brasileira, o desenvolvimento capitalista não se operou contra o atraso, mas mediante contínua reposição em níveis mais complexos e integrados. A característica da exclusão recorrente das forças populares dos processos de decisão política contribuiu para a dominação da burguesia e exclusão da participação popular. Paulo Netto (2010, p. 18) aponta: "A socialização da política, na vida brasileira, sempre foi um processo inconcluso – e quando, nos seus momentos mais quentes, colocava a possibilidade de um grau mínimo de socialização do poder político [...]".

A partir dessas determinações, na sociedade brasileira, a derrota das forças democráticas, nacionais e populares se escreveu na história da lutas sociais e o capitalismo avançou sem reformas significativas quanto ao atendimento das necessidades de expressivos segmentos de trabalhadores que vivem nas cidades. Assim, num contexto de regressão dos direitos sociais, as transformações e expressões contemporâneas das lutas sociais empreendidas para o acesso aos equipamentos e serviços

urbanos, especialmente a moradia, são desafios éticos, teóricos e políticos recorrentes no enfrentamento das desigualdades sociais.

Nesse processo, também se reafirma a complexidade da vida nesse espaço – produto coletivo e social – bastante singular que é a cidade. O autor Lefebvre (1999) constrói sua teoria baseada no princípio de que o espaço é um produto social, ou seja, a vida urbana não pode ser explicada somente através da forma como é construída espacialmente, mas sim através da mobilidade social, das transformações, dos usos e das lutas que ocorrem nesses espaços.

A seguir, apresentamos, de forma esquemática, indicações gerais sobre a abordagem dos temas "cidade do capital", questão urbana e lutas sociais urbanas e o direito à cidade nos três últimos CBAs.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando os Anais do CBAS como fonte singular de memória, história e pesquisa sobre a incidência das lutas sociais no Serviço Social Brasileiro, como profissão e área de conhecimento, o estudo desses Anais permitiu demarcar importantes dimensões do conjunto ético-político e teórico-metodológico dos/as

Quadro 1 - Indicações sobre a presença dos temas "Cidade do Capital", questão urbana, lutas sociais urbanas e direito à cidade nos três últimos Congressos Brasileiros de Assistente Social (CBAS)

IDENTIFICAÇÃO DOS CBAS	ABORDAGEM DOS TEMAS "CIDADE DO CAPITAL", QUESTÃO URBANA, LUTAS SOCIAIS URBANAS E O DIREITO A CIDADE.
<p>XI CBAS TEMA: O SERVIÇO SOCIAL E A ESFERA PÚBLICA NO BRASIL: o desafio de construir, afirmar e consolidar direitos</p> <p>DE 17 A 22 DE OUTUBRO DE 2004</p> <p>LOCAL: FORTALEZA/CE</p> <p>Nº DE COMUNICAÇÕES ORAIS: 21 Nº DE PÔSTERES: 05</p> 	<p>EIXO TEMÁTICO: QUESTÃO URBANA E DIREITO À CIDADE</p> <p>Alguns dos temas abordados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - APROPRIAÇÃO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS NA CIDADE DE FORTALEZA-CE PELOS TRABALHADORES DE RUA - AUTOCONSTRUÇÃO DE MORADIA: revisitando velhos debates - EFETIVANDO O DIREITO À CIDADE: a experiência de regularização fundiária na comunidade de Mustardinha - Recife/PE - ILHAS DE EXCLUSIVIDADE OU TERRITÓRIOS DE EXCLUSÃO? O shopping Center no cenário urbano. - A CIDADE COMO MERCADORIA EM CENA, FORTALEZA: "A Miami do nordeste" - A LUTA PELA MORADIA: dilemas, desafios e perspectivas - Uma realidade na Comunidade de Cachoeiras / Campina Grande – PB - AS CONDIÇÕES DE VIDA DAS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS EM JOÃO PESSOA - PB: o caso da comunidade mangue seco no bairro da ilha do Bispo - O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO HABITACIONAL: experiência do município de Caxias do Sul - RS

XII CBAS

TEMA: A QUESTÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: Ofensiva Capitalista, resistência de classe social e Serviço Social

DE 28 DE OUTUBRO A 02 DE NOVEMBRO DE 2007

LOCAL: FOZ DO IGUAÇU/PR

Nº DE PARTICIPANTES: 3.708
Nº DE COMUNICAÇÕES ORAIS: 27
Nº DE POSTERES: 08



EIXO TEMÁTICO: QUESTÃO URBANA, AGRÁRIA E MEIO AMBIENTE: luta pela terra e condições de vida

Alguns dos temas abordados:

- POLÍTICA PÚBLICA URBANA: uma reflexão sobre os instrumentos jurídicos e o serviço social na secretaria de planejamento urbano no município de Uberlândia/MG
- ATUAÇÃO DO PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL INSERIDO NO PROGRAMA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GOIÂNIA - BARRAGEM DO RIO JOÃO LEITE
- O TERRITÓRIO PARA ALÉM DAS MEDIDAS E CONCEITOS: a identidade água abaixo
- A LÓGICA DA APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NA CIDADE DE FORTALEZA PELO TRABALHADOR DE RUA
- A POLÍTICA HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE DIADEMA E A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL (1994-2004)
- A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO SOCIAL NA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA
- A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA: Assentamento Ireno Alves 11 anos de história
- A POLÍTICA HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES: um olhar sobre a intervenção do Serviço Social

XIII CBAS

TEMA: LUTAS SOCIAIS E EXERCÍCIO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL: mediações e a consolidação do Projeto Ético-Político Profissional

DE 31 DE JULHO A 05 DE AGOSTO DE 2010

LOCAL: BRASÍLIA/DF

Nº DE PARTICIPANTES: mais de 2.700
Nº DE COMUNICAÇÕES ORAIS: 11
Nº DE POSTERES: 08



EIXO TEMÁTICO: QUESTÃO URBANA, AGRÁRIA E MEIO AMBIENTE: lutas sociais e condições de vida

Alguns dos temas abordados:

- DO APRISIONAMENTO AO "LUGAR" A INSERÇÃO NOS FLUXOS GLOBAIS: problematizando a temática da (i) mobilidade urbana num bairro "periférico" da Cidade do Rio de Janeiro
- CARRETEIROS DE BREVE MARAJÓ/PA: Pobreza e exclusão social
- POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO INDÍGENA NA CIDADE DE BARRA DO GARÇAS/MT
- SERVIÇO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: atuação de assistentes sociais em projetos urbanísticos
- DINÂMICA SOCIOTERRITORIAL E DESAFIOS PARA A PROTEÇÃO SOCIAL
- ASFALTO VERSUS FAVELA: uma análise do processo de segregação sócio-espacial no cenário urbano
- POLÍTICA PÚBLICA URBANA: uma reflexão sobre os instrumentos jurídicos e o Serviço Social na Secretaria de Planejamento Urbano no município de Uberlândia/ MG.
- ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL DA ÁREA SÓCIO-AMBIENTAL NA CIDADE DE MANAUS/ AM

assistentes sociais em construção desde 1979, ano de realização do III CBAS, o chamado Congresso da Virada. De fato encontram-se nesses Anais importantes contribuições analíticas à demarcação e compreensão das lutas sociais organizadas no enfrentamento da questão urbana brasileira. São contribuições que permitem compreender a premissa de que as desigualdades sociais e seus efeitos sobre as classes trabalhadoras e a vida urbana, peculiares ao Brasil, se apresentam como de-

terminantes da organização das lutas sociais urbanas urbanas.

Assim, o estudo sobre a temática das lutas sociais urbanas, cujo resultado foi aqui brevemente delineado, permite compreender que as lutas sociais urbanas, constituindo-se de modo particular no longo ciclo das lutas operárias e populares do Brasil, foram decisivas na construção do processo que desencadeia a constitucionalização dos direitos referentes ao direito à cidade e a moradia na sociedade brasileira.

A luta pela Reforma Urbana inserida na agenda política e pública e envolvendo diversos sujeitos coletivos, de fato, se constitui um capítulo importante das lutas sociais brasileiras, com seus desafios e contradições. Afinal, sem a mobilização, organização e a pressão políticas das camadas populares na busca da garantia dos seus direitos, a CFB de 1988 não teria incluído no seu texto, dentre outros direitos sociais, o reconhecimento do direito à cidade e à moradia. Todavia, a violação permanente e cotidiana desses direitos indica a necessidade de revisão do ideário do direito à cidade para todos de modo a atualizá-lo e tirá-lo do plano, quase de utopia, da construção da cidade ideal sem envolvimento efetivo dos diversos segmentos de moradores da cidade.

Assim, é possível concluir, a forte valorização da terra urbana, decorrente do crescimento do mercado fundiário-imobiliário e a ampliação das lutas sociais por moradia, através das ocupações urbanas, e a regulamentação do Capítulo Constitucional sobre Política Urbana, só ocorrida em 2003, ano da promulgação do Estatuto da Cidade, re-afirmaram para a sociedade e as lutas sociais urbanas, em particular, que o reconhecimento formal-legal do direito à cidade é necessário, mas não basta.

Dessa forma, o agravamento e os redimensionamentos da questão urbana na sociedade brasileira, tal como incide e se manifesta no âmbito dos três últimos CBASs, caracterizando manifestações das mediações da relação do Serviço Social como profissão e área de conhecimento, logo no campo do trabalho intelectual, com as lutas sociais, especialmente as lutas sociais urbana, só podem ser apreendidos levando-se em consideração as relações que estas lutas estabelecem com as:

- a) expressões e contradições próprias à urbanização capitalista e a intervenção do Estado brasileiro na constituição do urbano e nas expressões da questão social na cidade;
- b) disputas entre interesses públicos e privados quanto à apropriação e usos da terra urbana e a distribuição de equipamentos e serviços públicos urbanos, especialmente a da moradia;
- c) lutas e movimentos sociais organizados em torno da questão urbana, da Reforma Agrária e da Reforma Urbana na sociedade brasileira.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à UFMA e ao CNPq, que financiaram e apoiaram esse projeto de pesquisa,

NOTAS

1. De acordo com Oliveira (1982), de modo geral, compreende-se que a urbanização no Brasil se inicia com a atividade industrial nos anos 1920-30. É evidente que esta implantação determinou a redefinição do espaço urbano pré-existente. Este deixa de ser somente base do aparelho burocrático do Estado e do capital comercial e passa, também, a ter a função de sede do novo aparelho produtivo, a indústria. Porém, ao longo do século XIX já podiam ser detectadas significativas taxas populacionais nas "cidades sedes": "[...] uma cidade como Recife, que desde o século XIX em termos relativos evidentemente era uma cidade já bastante grande, não se explica se não se tiver em conta a sua função de sede do capital comercial. Portanto, essa urbanização precede, sob muitos aspectos, uma nova urbanização que se redefine a partir do momento que a cidade passa a ser também a sede do aparelho produtivo, a sede da indústria propriamente dita" (OLIVEIRA, 1982, p. 38).
2. República Federativa do Brasil, Constituição, 1988, Título VII, Capítulo II - Da Política Urbana. Art. 182. A política do desenvolvimento urbano executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. 1 - O plano diretor aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. 2 - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. 3 - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia indenização em dinheiro. 4 - É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente de: I - parcelamento ou edificação compulsórios; II - imposto sobre propriedade predial e territorial urbana progressiva no tempo; III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública.
3. No Brasil, tal Reforma tem por base uma compreensão de crise estatal compreendida como: a) uma crise fiscal caracterizada pela crescente perda de crédito por parte do Estado e pela poupança pública que se torna negativa; b) o esgotamento da estratégia estatizante de intervenção do Estado, manifestada de várias formas: o Estado do bem-estar nos

países desenvolvidos, a estratégia de substituição de importação do Terceiro Mundo e o estatismo nos países comunistas; c) necessidade de mudanças na forma de administrar o Estado. Nesse sentido, são consideradas inadiáveis medidas como: o ajustamento fiscal duradouro; reformas econômicas orientadas para o mercado que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; reforma da previdência social; inovação nos instrumentos de política social e a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua *governança*, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- BURNETT, Frederico Lago. *Da tragédia urbana à farsa do urbanismo reformista: a fetichização dos Planos Diretores Participativos*. 2009. Tese (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11, 2004, Fortaleza/CE. *Anais...* Fortaleza: [s.n], 2004.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 12, 2007, Foz do Iguaçu/PR. *Anais...* Foz do Iguaçu: [s.n], 2007.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 13, 2010, Brasília/DF. *Anais...* Brasília: [s.n], 2010.
- FERNANDES, Florestan. *Classes sociais na América Latina*. In _____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- LEFEBVRE, Henri. *A Cidade do Capital*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.
- LOPES, Josefa Batista. *As lutas sociais operárias e populares no Brasil: a eleição do PT para o governo da República no fim de um ciclo*. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2005, São Luís. *Anais...* São Luís:UFMA, 2005.
- PAULO NETTO, José. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- OLIVEIRA, Francisco de. *O Estado e o urbano no Brasil*. *Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. São Paulo, n. 6, 1982.
- PINHEIRO, Jair. *Uma análise dos movimentos estruturais urbanos*. In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 4., 2010, Londrina. *Anais...* Londrina, 2010.
- RIBEIRO, Luiz César Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves. *Desafios da questão urbana*. 2011. Disponível em: <<http://diplomatique.uol.com.br/artigo.php?id=906>>. Acesso em: 22 ago. 2011.
- SANTANA, Raimunda Nonata do Nascimento. *Lutas sociais urbanas e serviço social: temas e questões nos anais do congresso brasileiro de assistentes sociais (CBAS)*. São Luis: UFMA, 2010.